

A prova da existência de Deus em Duns Escoto

Autor: Sávio Laet de Barros Campos.
Bacharel-Licenciado e Pós-Graduado em
Filosofia Pela Universidade Federal de Mato
Grosso.

Introdução

João Duns Escoto nasceu em 1265/1266, em Duns, na Escócia. Feito frade ainda pequerrucho, foi admitido no convento com apenas quinze anos de idade (1278/9). Tornou-se sacerdote em 1291; tendo estudado em Paris e ensinado em Oxford (1297 a1301), retornou a Paris já como Bacharel Sentenciário. Fora obrigado novamente a deixar Paris e voltar à Inglaterra durante a luta entre Felipe, o Belo, e o Papa Bonifácio VIII, porque se recusara a aderir à causa do rei. No ano seguinte, retornou a Paris, onde, em 1304, por indicação do Ministro Geral da Ordem, obteve a Licenciatura e o Magistério em Teologia. Ainda a mando do Ministro Geral, foi enviado a Colônia, vindo a falecer com apenas 42 anos de idade, em1308. Espírito eminentemente lógico, fundou uma tradição que veio a prevalecer na Universidade de Oxford. Extremamente exigente em matéria de demonstração, o *Doutor Sutil* revisou e corrigiu muitas das ideias vigentes em sua época, inaugurando, assim, um novo modo de pensar as relações entre fé e razão.

Na nossa pequena reflexão, tentaremos expor, de forma sucinta, as contribuições mais significativas de Duns Escoto no que concerne à questão da existência de Deus. Procuraremos, no corpo da argumentação, destacar os movimentos lógicos do *Doctor Subtilis*. Na sua concepção, só podemos chegar a Deus quando alcançamos a noção de ente infinito, que é a mais perfeita ideia que a nossa inteligência pode formular. Por isso, a sua demonstração comporta duas fases: na primeira, estabelece a existência de um ente primeiro; na segunda, que este ente primeiro é um ser infinito. Fá-lo-á não como seus predecessores, tomando como ponto de partida, quer uma ideia abstrata de Deus, quer os seus efeitos sensíveis. Não pode partir da ideia, porque uma ideia da essência divina é-nos denegada nesta vida; é-nos vedado, ademais, partir das coisas sensíveis, porque embora evidentes, eles são

contingentes, isto é, pertencem ao mundo físico. Para Escoto, é partir de algo que seja certo e necessário. Ora, no bojo da própria contingência, ele se depara com estas duas propriedades. De fato, se é contingente que o mundo exista, pois ele existe e pode não existir, é necessária, todavia, precisamente esta contingência, visto que é ao menos necessária a possibilidade de haver um mundo. Por isso, fato certo e necessário, ei-lo: a contingência do mundo. Logo depois, arrolará Escoto as razões pelas quais deve haver um ente primeiro e em que consiste a sua infinitude. Seguir-se-ão, por fim, as considerações finais do texto, que será uma breve reelaboração da “ratio anselmi” por Escoto.

Passemos aos preâmbulos da prova: o procedimento *a posteriori*, o cuidado em obter conhecimentos certos e necessários e a existência de um ente primeiro que seja infinito.

1. As duas fases da prova: a existência de uma causa primeira e a existência de um ente infinito

Na concepção de Escoto, demonstrar a existência de Deus é o mesmo que demonstrar a existência de *um ser infinito*.¹ Destarte, sua demonstração comportará duas fases: a primeira consiste em demonstrar a necessidade de um ser primeiro na ordem do ser; a segunda em evidenciar que este ser é infinito.² A prova da existência de um ser primeiro, por sua vez, também ocorre em dois períodos: primeiro, tem-se que provar a necessidade de um ser primeiro na ordem ontológica; segundo, importa especificar que este ser primeiro realmente existe.³

Agora bem, estas provas não se poderão estabelecer *a priori*, isto é, partindo da ideia de Deus.⁴ De fato, a proposição “Existe um ser infinito” ou “Deus existe” não se torna evidente tão-somente pela apreensão dos termos.⁵ Nada nos garante – *a priori* – que esta

¹ GILSON, Etienne. **A Filosofia Na Idade Média**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: MARTINS FONTES, 1995. p. 739. “Demonstrar a existência de Deus, para o metafísico, é provar que o ‘ser infinito’ é, ou existe.”

² *Idem. Ibidem*. p. 740: “Para aí chegar, o metafísico procederá em dois tempos: provará que existe um primeiro na ordem do ser; depois, que esse primeiro é infinito.”

³ *Idem. Ibidem*: “Provar a existência de um ser primeiro também se fará, pois, em dois tempos: primeiro provar a necessidade que o pensamento tem de colocar um primeiro; depois, provar que esse primeiro é um existente.”

⁴ *Idem. Ibidem*: “Tais demonstrações não podem ser feitas a priori, isto é, partindo da definição de Deus, como queria santo Anselmo.”

proposição não seja contraditória e que realmente o predicado esteja contido no sujeito.⁶ Como não dispomos de uma definição da essência divina, não temos como saber – *a priori* – que a proposição citada acima convenha a Deus imediatamente.⁷ Daí que o argumento de Anselmo, conquanto verdadeiro, carece de evidência em si mesmo, isto é, sendo verdadeiro, não nos dispensa de uma demonstração ulterior.⁸ Frente à questão da existência de Deus, encontramos-nos entre duas opções: ou aceitamos que Deus existe pela fé, ou temos que demonstrar a sua existência pela razão.⁹

Ora, pelas justificativas acima apontadas a prova terá que ser *a posteriori*. Isto equivale a dizer que ela não partirá de Deus ou de uma possível definição da sua essência, mas, sim, dos seus efeitos. Com outras palavras, a demonstração será *ascendente*, dos *efeitos* à *causa*.¹⁰ Todavia, os efeitos que tomaremos não serão os físicos e contingentes, pois tais efeitos não nos fariam sair do mesmo plano físico e contingente.¹¹ Desta sorte, os fundamentos das provas terão que ser as modalidades do *ser enquanto tal*, cuja consequência última nos levará à necessidade da existência de um ser primeiro.¹²

Passemos à demonstração da existência de um ente primeiro.

⁵ BOEHNER, Philotheus, GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa**. 7ª ed. Trad. Raimundo Vier. Petrópolis: VOZES, 2000. p. 502: “Com efeito, nada nos permite afirmar que tal proposição, tomada ao pé da letra, seja evidente em virtude da simples apreensão dos seus termos (...)”.

⁶ *Idem. Ibidem*: “Além do mais, não consta absolutamente, e a priori, que este conceito, que não é simples, não seja contraditório, e conseqüentemente, que seus elementos sejam componíveis.”

⁷ *Idem. Ibidem*: “Não dispomos de um conceito da essência divina, o qual, apreendido em sua simplicidade, nos capacite a perceber, de imediato, a necessidade da existência de Deus.”

⁸ *Idem. Ibidem*: “Donde se segue que, embora verdadeiro, o argumento de S. Anselmo não é evidente em si mesmo (...); afirma algo verdadeiro, mas não possui valor demonstrativo.”

⁹ *Idem. Ibidem*: “(...) ou lhe assentimos pela fé, ou temos de demonstrá-la (a proposição “Deus existe”).” (O parêntese é nosso).

¹⁰ GILSON. **A Filosofia na Idade Média**. p. 740. “Essas demonstrações serão, pois, a posteriori, isto é, ascendendo dos efeitos à causa destes (...)”.

¹¹ *Idem. Ibidem*: “(...) mas os efeitos de que se partirá não serão os contingentes dados da experiência sensível. Não só provas baseadas neles não nos permitiram sair do físico, como sequer sair do contingente (...)”.

¹² *Idem. Ibidem*: “A base sólida sobre a qual se edificarão as provas será, pois, toda modalidade do ser enquanto ser, que unicamente um primeiro na mesma linha pode explicar.”

3. A demonstração da existência do ente primeiro

Agora bem, os modos supremos do ser são a *finitude* e a *infinitude*.¹³ Não há razão para nos delongarmos na elaboração de uma prova acerca da existência de um ente finito, já que ele é o objeto de nossa experiência mais evidente e imediata.¹⁴ Importa, ao contrário, demonstrar a existência de um ente infinito, posto que nenhuma experiência imediata nos atesta a sua existência.¹⁵

Antes de tudo, sabemos que a noção de ente infinito não é contraditória, já que esta noção parece nos outorgar a perfeição última do ser.¹⁶ Assim, o que temos de saber é se, de fato, existe, dentre os entes, um que seja infinito.¹⁷ Ora, em toda a demonstração deste porte, cumpre que sejamos extremamente rigorosos, ou seja, que só aceitemos argumentos estritamente certos e necessários em suas premissas.¹⁸ Por conseguinte, qualquer dado empírico é-nos insuficiente, visto que, sendo empírico, conquanto certo, não é necessário.¹⁹ Daí, Duns Escoto não partir da contingência das coisas, mas da sua possibilidade.²⁰ Explicitemos a razão: Escoto quer premissas certas e necessárias. Ora, as coisas sensíveis nos podem nos dar somente a certeza, não a necessidade. É certo, por exemplo, que as coisas sensíveis existem; contudo, elas poderiam não existir. Logo, os dados sensíveis não nos fornecem o necessário que buscamos. Todavia, se as coisas existem, elas podem existir. Logo, que elas possam existir, o próprio fato de elas existirem torna necessário. Sendo assim, a possibilidade da existência do mundo é necessária. Com efeito, mesmo que ele desaparecesse, bastaria o fato de um dia ter existido para que a possibilidade de ele existir fosse necessária.²¹

¹³ REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. 5ª ed. São Paulo: Paulus, 1991. p. 602: “Ora, os modos supremos de ser são a finitude e a infinitude, que representam o ente em sua perfeição efetiva.”

¹⁴ *Idem. Op. Cit.*: “Ora, está claro que não há necessidade de nenhuma prova da existência do ente finito, porque ele é objeto da experiência imediata e cotidiana.”

¹⁵ *Idem. Op. Cit.*: “No entanto, urge uma demonstração precisa da existência do ente infinito, porque ele não constitui um dado de evidência imediata.”

¹⁶ *Idem. Op. Cit.*: “Se o conceito de ‘ente infinito’ não é contraditório em si mesmo – ao contrário, parece que a noção unívoca de ente encontra na *infinitude a sua realização mais completa* – (...)”.

¹⁷ *Idem. Op. Cit.*: “(...) entre os entes existentes há algum do qual se possa dizer que é verdadeiramente infinito?”

¹⁸ *Idem. Op. Cit.*: “E, tratando-se de questão importantíssima, ele (Duns Escoto) se propõe produzir uma demonstração da existência do ente infinito que seja a mais irrepreensível possível. O que significa que a argumentação dever-se-ia fundar em premissas certas e, ao mesmo tempo, necessárias.” (O parêntese é nosso).

¹⁹ *Idem. Op. Cit.*: “Com tal objetivo, ele considera insuficientes as provas baseadas em dados empíricos, porque são certas, mas não necessárias.” (O itálico é nosso).

²⁰ *Idem. Op. Cit.*: “É essa a razão pela qual Escoto não parte da existência efetiva e contingente das coisas, mas sim de sua possibilidade.”

Ora, qual é o fundamento ou causa da possibilidade da existência do mundo?²² Deveras não poderá ser o nada, porque o nada não constitui nenhum fundamento ou causa.²³ O nada, nada é; dele, nada vem. Decerto que a necessidade da possibilidade da existência das coisas não pode provir delas próprias, já que, se assim fosse, teríamos que admitir que uma coisa possa dar a existência a si própria, o que corresponderia a afirmar que ela seria anterior a si mesma, o que é um absurdo.²⁴ Agora bem, se não vem do nada e não vem das próprias coisas, a necessidade da possibilidade da existência das coisas remete-nos, necessariamente, a um outro ser que a produziu.²⁵ Este outro ser, por sua vez, que transcende o mundo – transcende porque o produz e não é por ele produzido – pode ser: ou existente e atuante por si mesmo ou existente e atuante pela virtude de um outro ser.²⁶

Ora, se este ser existe e atua por outro ser, façamos acerca dele a mesma inquirição feita acima no que concerne a sua origem, pois, neste caso, produzindo o mundo, seria ele mesmo produtivo.²⁷ Porém, se a resposta for a primeira – ou seja, que ele existe e atua por si – teríamos, então, chegado a um ente que produz, mas não é produzido.²⁸ Em outras palavras, tal ente seria absolutamente transcendente e totalmente outro, pois enquanto todos os demais produzem e são produzidos, este seria produtor, mas não seria produzido.

De qualquer forma, chegamos ao menos à possibilidade de um ente que justifica a necessidade da possibilidade do mundo. Ele seria, portanto, a explicação que dispensaria qualquer ulterior explicação.²⁹ De fato, se o mundo é possível, é ao menos possível também um ente primeiro.³⁰ Entretanto, este ente primeiro ainda não é necessário, pois ainda há a possibilidade de ele também ser produzido por um outro ente. Por isso, importa agora

²¹ *Idem. Op. Cit.*: “(...) o fato de que as coisas existem é dado *certo*, mas não necessário, porque também poderiam não existir; mas desde que as coisas podem existir, que existem, é necessário. Em outras palavras, se o mundo existe, é absolutamente certo e necessário que ele pode existir (...). Ainda que desaparecesse, continuaria sendo verdadeiro que o mundo pode existir, visto que já existiu.”

²² *Idem. Op. Cit.*: “Pois bem, estabelecida a necessidade da possibilidade, Escoto pergunta-se qual é o seu fundamento ou causa.”

²³ *Idem. Op. Cit.*: “O fundamento de tal possibilidade não é o nada, porque o nada não é fundamento ou causa.”

²⁴ *Idem. Op. Cit.*: “Também não é constituído (a necessidade da possibilidade) pelas próprias coisas, porque não é possível que as coisas possam se dar a existência que ainda não têm.”

²⁵ *Idem. Op. Cit.*: “Então, é necessário pôr a razão de tal possibilidade em um ser diferente do ser produtivo”

²⁶ *Idem. Op. Cit.*: “Ora, esse ser que transcende a esfera do produtivo ou das coisas possíveis existe e atua por si mesmo ou existe e atua em virtude de outro ser.”

²⁷ *Idem. Op. Cit.*: “No segundo caso, propõe-se a mesma pergunta, porque ele dependeria de outro, sendo por seu turno produtivo.”

²⁸ *Idem. Op. Cit.*: “No primeiro caso, temos um ente em condições de produzir, mas que não é de modo algum produtivo.”

²⁹ *Idem. Op. Cit.* p. 603: “Assim, chegamos ao ente que se buscava, porque explica a possibilidade ou produtividade do mundo sem que sua existência, por seu turno, exija ulterior explicação.”

³⁰ *Idem. Op. Cit.*: “Desse modo, se as coisas são possíveis, também é possível um ente primeiro.”

arguirmos se este ente primeiro é só possível ou realmente necessário.³¹ Ora, a resposta é que o ente primeiro existe em ato. Sendo supostamente primeiro, se não existisse, não seria sequer possível, uma vez que não poderia haver um ente anterior para produzi-lo, já que ele é o primeiro. Mas como ele é possível, ele é necessário, pois nada, além da sua intrínseca necessidade, atesta-o e manifesta-o.³² Assim, a própria possibilidade da existência de um ente primeiro, implica a sua existência de fato.³³

Passemos à demonstração da infinitude do ente primeiro.

3. A demonstração da existência do ente infinito

Cumpra acurar agora, se este ente primeiro é infinito. Ora, o infinito se define como aquilo que está além, infinitamente além, de qualquer medida finita.³⁴ Assim sendo, o ente primeiro, que tudo produz, mas que não é produzido por nada, é infinito, já que, tendo produzido todos os entes finitos, não foi por nenhum produzido. Por isso, excede a medida de todos eles, pois, não sendo por eles produzido, não pode ser por eles também delimitado. Logo, com relação a eles, é supremo e ilimitado.³⁵ Ora, o que excede todo dado finito é precisamente o que chamamos de infinito.

De fato, a respeito deste ente primeiro podemos nos exprimir ainda assim: como causa primeira de todas as coisas, é incausado. Sendo incausado, não encontra, nenhures, limites à sua causalidade e nem encontra, algures, uma razão da sua causa. Ora, o que não é limitado por nenhuma causalidade, é ilimitado. Por outro lado, o que é ilimitado, é infinito.³⁶

Além disso, o ente primeiro é necessário; como tal, é primeiro em perfeição. Ora, o ser perfeitíssimo deve ser, por sua vez, inteligente, pois a inteligência é uma perfeição. Por isso, o ente primeiro é também a primeira inteligência. Agora bem, sendo também a causa suprema de todas as coisas, a primeira inteligência conhece tudo o que pode ser conhecido, ou seja,

³¹ *Idem. Op. Cit.*: “Mas tal ente é só possível ou existe de fato?”

³² *Idem. Op. Cit.*: “A resposta é que tal ente existe em ato, porque, se não existisse, também não seria possível, considerando que nenhum outro estaria em condições de produzi-lo.”

³³ *Idem. Op. Cit.*: “Assim, se é possível, o ente primeiro é real.”

³⁴ BOEHNER, GILSON. **História da Filosofia Cristã**. p. 510: “(...) o infinito é aquilo que excede qualquer dado finito, e isto, não em medida finita, mas além de toda medida finita determinável.”

³⁵ REALE, ANTISERI. *Op. Cit.* p. 603: “Mas qual é sua conotação específica? A infinitude, porque é supremo e ilimitado.”

³⁶ GILSON. **A Filosofia na Idade Média**. p. 742: “Uma causa primeira e, por conseguinte, incausada, não é limitada por nada em sua causalidade, logo, é infinita”

tudo o que pode causar. Mas já vimos que a sua causalidade é infinita, pois, sendo incausada, não está por nada limitada em seu poder. Logo, nela existe um infinito de inteligíveis. Destarte, uma inteligência que abarca, simultaneamente, uma infinidade de inteligíveis, é ela própria infinita em ato.³⁷ E, sendo a causa de todo contingente, além de inteligente, o ente primeiro é volitivo, pois toda contingência procede de um ato deliberado. Mais: trata-se de uma vontade infinita, não limitada por nenhuma causalidade.

Com efeito, o ente primeiro é supremo porque, como causa de todas as coisas, é superior a elas; é, de resto, ilimitado, posto que, exatamente enquanto causa, excede a qualquer dado finito, pois a causa é sempre superior ao seu efeito. Ademais, se todos os demais entes são determináveis, o ente que os causa é indeterminável, porque não conhece, alhures, nenhuma limitação à sua causalidade. Daí que “(...) a natureza do primeiro ser não conhece limites no ser, mas que, na expressão de João Damasceno, ela é um oceano infinito e ilimitado de substância”³⁸. Por fim, ele é o ser propriamente dito. D’Ele não somente provêm todas as coisas, mas n’Ele se funda a própria possibilidade da existência de todas as coisas.³⁹ Todas as coisas, antes de existirem, subsistem, em ato e simultaneamente, em sua inteligência criadora.

Passemos às considerações finais ao texto, baseada numa releitura de Escoto da *ratio anselmi*.

Conclusão: A retomada da “ratio anselmi”

Depois de chegar à existência de uma causa primeira, afirma-a Escoto como causa incausada. Ora, uma causa incausada não pode ser limitada por nenhuma causalidade e, *ipso facto*, é infinita.⁴⁰ Agora bem, o que é máximo não pode existir somente na inteligência. Se assim fosse, ele poderia ser e não ser, mas aquilo que pode ser e não ser não foi em algum

³⁷ *Idem. Ibidem.* pp. 742 e 743: “Ademais, primeiro na ordem da perfeição, esse ser necessário é inteligente; é inclusive o Primeiro Inteligente, logo o Inteligente supremo, que conhece tudo o que pode ser conhecido; há, pois, uma infinidade de inteligíveis na inteligência primeira e, por conseguinte, o intelecto que abrange simultaneamente a todos é infinito atualmente.”

³⁸ BOEHNER, GILSON. *História da Filosofia Cristã*. p. 510

³⁹ REALE, ANTISERI. *Op. Cit.* p. 603: “Escoto descobre que só o ser infinito é Ser no sentido pleno da palavra, porque é o fundamento de todos os entes e, antes ainda, a sua possibilidade.”

⁴⁰ GILSON. *A Filosofia na Idade Média*. p. 742. “Uma causa primeira, e, por conseguinte, incausada, não é limitada por nada em sua causalidade; logo, é infinita.”

momento. E, se não foi em algum momento, passou a ser porque foi causado. E, se foi causado, não é mais a causa incausada. Portanto, a causa incausada deve existir necessária e exclusivamente por si mesma (*a se*).⁴¹

Ademais, o que existe na inteligência e na realidade é maior do que aquilo que existe somente na inteligência. De maneira que, se o ser infinitamente perfeito existisse apenas na inteligência, qualquer outro ser que existisse na inteligência e na realidade seria mais perfeito do que ele, e ele já não seria o ser infinitamente perfeito. De modo que provém da própria essência do ser maximamente perfeito que ele exista na realidade, além de na inteligência.⁴²

O grande mestre franciscano não parte da definição de Deus para daí tirar a necessidade da Sua existência. A sua prova não é *a priori*, mas *a posteriori*, ou seja, vai dos efeitos à causa.⁴³ Entretanto, ainda que ele tome como base os efeitos de Deus, estes efeitos não são os de ordem sensível, visto que, para Duns Escoto, não se pode partir do contingente, quando se quer provar a existência do necessário. O Doutor Sutil parte da necessidade da possibilidade da existência do mundo. É raciocinando a partir desta premissa que ele chega ao ser necessário, ente primeiro, causa incausada e, *ipso facto*, infinito. A argumentação é coroada pela “ratio anselmi”, que identifica este ser com *o ser do qual não se pode pensar nada maior*. Ora, este ser existe e não pode não existir e nem sequer ser pensado como *não existente*. Trata-se de Deus.

⁴¹ BOEHNER, GILSON. **História da Filosofia Cristã**. p. 511: “Nada nos impede de fazê-lo, pois o máximo pensável não pode estar apenas na inteligência; do contrário ele poderia existir (por conter contradição) e não existir (por estar só no intelecto), visto que lhe repugna ser produzido porque qualquer outra causa, como se demonstrou mais acima; pois é de sua essência existir exclusivamente por si mesmo.”

⁴² *Idem. Ibidem*: “E’ claro, pois, que em qualquer caso aquilo que existe na realidade é um ‘maius cogitabile’; com efeito, aquilo que só existe em pensamento não pode ser ainda o máximo pensável, pois neste caso não existiria necessariamente. Logo, a existência real nada acrescenta à essência, isto é, não a torna maior; antes esta essência é o ‘máximo’ precisamente por dever existir necessariamente (...)”.

⁴³ GILSON. **A Filosofia na Idade Média**. p. 740: “Tais demonstrações não podem ser feitas a priori, isto é, partindo da definição de Deus, como queria santo Anselmo. (...) Essas demonstrações serão, pois, a posteriori, isto é, ascendendo dos efeitos à causa destes (...)”.

BIBLIOGRAFIA

BOEHNER, Philotheus, GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa.** 7^a ed. Trad. Raimundo Vier. Petrópolis: VOZES, 2000. pp. 502 a 512.

GILSON, Etienne. **A Filosofia Na Idade Média.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: MARTINS FONTES, 1995. pp. 736 a 759.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média.** 5^a ed.. São Paulo: Paulus, 1991. pp. 597 a 610.